



EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA O APOGEU DO DESPOTISMO

O Estatuto do Líder da Oposição é usado como escudo para aprovação do projecto das mordomias do Presidente da República pela A.R.

A Constituição da República de Moçambique nos nrs. 1 e 2 do Artigo 185 descreve as condições que obrigam a convocação de uma Sessão Extraordinária e o Regimento Interno da Assembleia da República no nr.1 do Artigo 36 também nos mesmos moldes da Lei Mãe estipula "A Comissão Permanente da Assembleia da República convoca uma Sessão Extraordinária, a ter lugar no prazo máximo de cinco dias, quando for necessário sancionar a suspensão das garantias constitucionais, o Estado de Sítio ou Estado de Emergência." Como se denota, nestes dias ou nos dias em que terá lugar a referida reunião na casa magna não se vislumbra indícios de natureza expressa na Constituição da República. O que provavelmente poderia justificar a Sessão em apressado seria a necessidade de uma alteração pontual transitória da Constituição para nela contemplar o governo de gestão até 2019 como forma de responder o grito popular na sequência da mega fraude eleitoral perpetrada pelo partido no poder e o resto do rol de matéria apresentada pelo porta-voz da Comissão Permanente não tem carácter urgente para além de ser matéria complexa que precisa de tempo suficiente de debate mesmo em sede da Assembleia da República. Quanto ao Estatuto do Líder da Oposição segundo o Artigo 158 da Constituição da República "Os actos normativos do Presidente da República assumem a forma de decreto presidencial e as demais decisões revestem a forma de despacho e são publicados no Boletim da República." Portanto, Guebuza manifestou a atribuição do Estatuto e tal decisão seguiu os trâmites constitucionais, daqui em frente seria da responsabilidade da próxima

Legislatura, logo na primeira sessão ordinária. Mas como o despótico quer usar o referido Estatuto de escudo em relação ao projecto de mordomias para ele, depois de deixar a Ponta Vermelha, somos sujeitos a assistir esta maratona legislativa acompanhada com atropelos da lei. Esta doença de passar por cima das leis é endémica e os últimos 10 anos foram um autêntico inferno principalmente de 2009 para cá. É por aí que a oposição, particularmente a RENAMO, imprimiu uma dinâmica para reverter a situação, fazendo com que pelo menos a Lei Eleitoral fosse de consenso e os Órgãos Eleitorais comportassem também elementos dos partidos da oposição com assento na Assembleia da República. Graças a estes elementos que a fraude não conseguiu se camuflar. Na verdade, os ilícitos eleitorais registados não têm como causa os defeitos da lei mas sim do seu incumprimento. Esta atitude revela que Moçambique é dirigido por um governo despótico, um governo que não cumpre as leis que aprova, um governo que impõe tudo à força para agradar suas vontades e caprichos.

Recentemente, Guebuza, violando a Constituição da República e da Lei, recebeu um carro de luxo (Mercedes benz). E mais, em Moçambique dar bofetada a um agente da polícia da República é crime incaucionável e cultivar cannabis sativa vulgo suruma leva a uma condenação de prisão que varia de 6 meses a 2 anos. Mas, o cidadão que foi apanhado em flagrante a fabricar drogas pesadas não ficou preso nem detido para além de ter morto um agente da Polícia da República de Moçambique. Está visto que neste país a prisão dos criminosos varia segundo a vontade dos governantes.

O povo clama por socorro.

Editorial

Moçambique está mais uma vez caminhando rumo ao imprevisível, com os discursos que temos estado a consumir, da parte das pessoas ligadas a nomenclatura frelimista. Depois das eleições mais desastrosas desde que começou o processo democrático multipartidário, com todas as aldrabices que nos são dadas a ver, conscientes da grande injustiça que eles próprios praticaram contra o povo moçambicano, vêm sem escrúpulos a público com afirmações grosseiras, próprias de vigaristas. Vejamos se o leitor não concordará connosco: Um dos proeminentes fala-baratos daquele clube disse como comentámos na edição passada que a agenda da FRELIMO ainda não foi cumprida, daí não haver lugar para cedência do poder para outras forças, por mais que elas vençam os sufrágios. Outro, aparece dizendo que Moçambique não está preparado para uma liderança bicéfala, confundindo os interesses do seu partido com a nação moçambicana.

O vice ministro do interior, invadiu as zonas consideradas “quentes”, visitando a região outrora sob tensão armada, cujo desfecho foi conseguido com os entendimentos de Setembro findo, num frente a frente entre Armando Guebuza e Afonso Dhlakama, ambos comandantes em chefe das partes beligerantes. Esta visita do Mandra, que de iniciativa privada não tem nada, visa desembainhar a espada que os moçambicanos pretendem esquecer de uma vez por todas. É que o partido perdedor, não se vê na oposição, pelo menos enquanto os actuais governantes, ou timoneiros do partido no poder estiverem vivos. E o discurso do Chipande indica isso mesmo. Por isso, os moçambicanos devem ficar reféns de agendas ocultas destes homens. Diante desta palhaçada, ninguém pode ignorar, sem grave risco, os acontecimentos que despoletaram o conflito armado dos dois últimos anos, que ceifou milhares de vidas. Aliás chega-se a pensar que este foi o conflito mais violento e teve repercussões negativas para as vidas de muitos jovens moçambicanos. Foi o conflito que em pouco tempo conheceu um investimento financeiro recorde.

A cúpula fraudulenta da FRELIMO age como se de um boboca que desconhece tudo aquilo que despreza, sendo, no entanto forçoso que o horizonte de problemas pareça, em comparação com o nada, “vastíssimo”.

Mas na verdade, eles deviam pensar no futuro deste país que parecem dispostos a destruir sem piedade.

Os discursos que nos dão a consumir através destas personalidades proeminentes do partido governamental, as visitas efectuadas por chefias policiais as zonas de conflito militar, não têm nada de pacífico. Tudo isto, associado ao desconforto causado pelos resultados eleitorais, onde a RENAMO e se Candidato Afonso Dhlakama cilindraram os seus

adversários, só pode merecer muita vigilância por parte de todos os que desejam um Moçambique de paz e harmonia. Na verdade, qualquer projecto de paz para o nosso país não deve estar refém da FRELIMO, porque esta, de paz não quer nada. Só conhece a linguagem de violência, vingança, batota, vigarice... Sim, são vigaristas, de modo que tudo o que as lideranças do partido e do governo fazem e dizem deve ser considerado de uma perspectiva predominantemente enganador. Predomina neles um espírito de arrogância, do superior e um irreprimível sentimento de onnipotência, quando na verdade estão sendo acometidos por surpreendentes surtos de franqueza.

Num dos discursos de Armando Guebuza, afirmou que “a solução a paz é a própria paz.” Onde está a mostra de que ele e o seu partido estão acometidos com a paz? Como mentem estes agentes do mal! O que ele afirmou só serviu para esconder os seus próprios defeitos. Coitados. Seus dez anos a cabeça do Estado moçambicano, foram um esforço dedicado à transmissão da ideia de que ser político é ser medíocre, mentiroso, mafioso, assassino, etc. Estes anos de governação guebuziana, só mostraram como o partido governamental tem péssimo programa para Moçambique. São tempos terríveis, que deixam claro a ideia de que o exercício da política pelo partido que governa Moçambique desde a independência nacional, transformou este país, em nome de um equivocado conceito de governabilidade, num balcão de negócios sujos, cuja expressão máxima é a pilhagem de recursos, produção e tráfico de drogas, roubo de votos, violência eleitoral, enriquecimento ilícito, enfim, corrupção activa e passiva, o peculato, a formação de quadrilha na vida pública, entre outros. É preciso mudar o verdadeiro espírito público no nosso país e isso, passa pela mudança do Governo deste país. Dizer que eles querem concluir o projecto de 90 anos, que o país em referência ao partido FRELIMO, não está preparado para liderança bicéfala, é baboseira, não pode ser acolhido pelos moçambicanos. Um verdadeiro espírito público, não admite mistificação, manipulação nem malversação. Ser tolerante com práticas imorais e antiéticas na vida pública pode até estigmatizar como réprobos aqueles que se recusam a se tornar autores ou cúmplices de actos que a consciência cívica da sociedade e as leis condenam. É verdade que não há índice de popularidade, por mais alto que seja, capaz de absolver indefinidamente os espertalhões bons de bico que exploram a miséria humana em benefício próprio. Aquela tolerância, afinal, caracteriza uma ofensa inominável não só aos políticos de genuíno espírito público que o País ainda pode se orgulhar de possuir, como à imensa maioria dos moçambicanos que na sua vida diária mantêm um inatacável padrão de honradez e dignidade. Desperta Moçambique.

CONHECER PARA AMAR, COMPREENDER PARA AGRADECER

A ignorância sobre a História do nosso próprio País e Povo, propositadamente cultivada pelos interesses ilícitos e imorais do Partido que infelizmente nos vem governando desde a Independência, deixou-nos com dificuldade de compreender a quem devemos gratidão por existirmos como cidadãos da Pátria que temos. A mesma falta de sabedoria deixa-nos também incapazes de cultivar sentimentos de reconhecimento e apreço aos que se sacrificaram para que fossemos Nação independente, democrática e soberana como nos deveríamos orgulhar de ser. E esta amputação da Verdade Histórica despersonaliza-nos de tal modo, que temos tendência ao rebaixamento da nossa auto-estima colectiva desvalorizando nós próprios a nossa moçambicanidade e portanto, tornando-nos muito resistentes a exprimir gratidão, simpatia, afecto, admiração, reconhecimento e amor por aqueles que se sacrificaram por nós. Temos muita dificuldade em elogiar quem nos faz, ou fez, bem. Precisamos amaciar nossos corações de pedra para nos tornarmos capazes de cultivar os sentimentos nobres que a gratidão faz jorrar.

Ao assistir o debate televisivo em que distintas figuras da praça opinavam sobre o reconhecimento devido aos combatentes da Pátria Moçambicana, podemos ficar felizes pois este facto já representa um avanço em relação aos tempos em que se tentava reprimir estes cidadãos para que nunca ousassem buscar a consideração e a estima que lhes é devida e merecida.

Fazendo eco dos tempos da Luta Armada de Libertação Nacional, em que o Guerrilheiro era motivado a emagrecer para o Povo engordar, morrer para o Povo viver, sofrer para o Povo Gozar... sempre se sacrificar para o Povo desfrutar, se empurraram cidadãos nacionais à desgraça com a bonita e boa intenção de “não criar privilégios” praticando no entanto a injustiça e a discriminação. Era o Governo a se furtar da responsabilidade de apoiar os cidadãos que por causa de sequelas criadas em suas personalidades e suas vidas, e a sociedade, que em alguns casos até era mobilizada para isso, a desprezar filhos seus pelo facto de combatido por uma causa nacional. E isto era (ou ainda é) agravado pelo espírito de exclusão e castração característico dos políticos africanos que normalmente são intolerantes e arrastam seus povos para a intolerância.

Gestos normais como abrir uma conta bancária onde voluntariamente o cidadão depositasse um metical que fosse para o Natal do seu combatente, criar um selo do combatente para suportar os projectos de apoio ao combatente, seus órfãos ou cônjuges sobre vivos, convidar combatentes a darem palestras nas escolas, as igrejas, nos bazares e em outros locais de aglomeração populacional para efeitos de educação cívica, são olhadas como coisas más, até porque se isso fosse feito, a Verdade Histórica não podia continuar escondida e o Povo iria ficar menos vulnerável à instrumentalização eleitoralista e isso não interessa aos políticos e a sociedade civil que temos é vulnerável e mal definida. Em consequência destas injustiças, discriminações e às vezes até judiações, que nós sociedade e também o nosso Governo, sem excluir os partidos, praticamos contra aqueles que alguma vez pegaram em armas para nos defenderem e libertarem, que ainda hoje, depois de quarenta anos de Independência, ainda assistimos a convulsões militares a que os especialistas recusam de chamar guerra, mas nós todos sentimos como tal. (A Guerra dos 16 anos, a Guerra de Muxúngue, a sublevação militar de 21 de Outubro, as marchas e amotinações de Hermínio dos Santos...). São clamores de justiça, fruto da ingratidão.

RENAMO DISTANCIA-SE DO DINHEIRO ANUNCIADO PELO PACHECO

A situação levantada pela delegação governamental é falsa e pode ser vista como tentativa de encobrir algo por detrás da gestão financeira deste fundo.

Saimon Macuiana chefe da delegação da RENAMO nas negociações com o governo, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano desmentiu ao pronunciamento feito pelo José Pacheco chefe da delegação do governo segundo o qual membros da delegação da RENAMO teriam condicionado sua participação nas negociações mediante o pagamento de um subsídio, no valor de 3000 Meticais por dia.

Reagindo a este pronunciamento, o chefe da delegação da Renamo disse e citamos:

“ Desde o dia 2 de Maio de 2013, que estão a decorrer as negociações entre o governo e a RENAMO, no Centro de Conferência Joaquim Chissano até hoje, 20 de Novembro nunca recebemos nenhum subsídio do governo, como catalisador do diálogo”.

De lembrar que a delegação da RENAMO é composta

por Dr. Saimon Macuiana, Dr. António Namburete, Sr. Jeremias Mungambe e Sr Abdul Ibraimo.

Refira-se que o subsídio de que se fala foi resultado dum consenso no qual o governo se comprometia a fornecer toda logística aos peritos militares para a prossecução dos seus trabalhos, estranhamente o mesmo fundo se encontra sob gestão do ministério da agricultura que é tutelado pelo Ministro Pacheco, o Chefe da brigada do governo neste diálogo. Tal facto, levanta suspeitas quanto a gestão do mesmo pois este devia ser gerido por uma instituição de consenso das delegações.

A situação levantada pela delegação governamental é falsa e pode ser vista como tentativa de encobrir algo por detrás da gestão financeira deste fundo. ***(Continua na pag. 5)***

O FUTURO CONTINUA REGIDO PELA INTOLERÂNCIA EM GAZA

Tomás Chaúque foi vítima de uma agressão por membros do partido FRELIMO na zona de Massagena, no bairro de Chigamane na província de Gaza no passado dia 12 de Novembro, alegadamente por pertencer ao partido RENAMO. Na tentativa de se defender o mesmo viu-se obrigado a recorrer num pau, argumento este que teria sido usado pelos agressores a omitirem a verdade a policia alegando que o mesmo era portador de arma de fogo.

A vítima conta na primeira pessoa o sucedido: -“Eles acusaram-me de ser membro da RENAMO e agrediram-me, o que levou a minha auto defesa usando uma vara para o efeito, e depois chegados a policia eles disseram que eu era portador de arma de fogo, o que não era verdade, e quando chegamos a

PIC, levantei esta questão “ Será que é proibido apoiar um outro partido? E o agente da policia disse que não.”

Por sua vez a procuradoria distancia-se do caso e diz que o comandante é o único que pode dirimir o assunto. Entretanto, o mesmo comandante mostrase inflexível na resolução deste problema, embora afirme não ver nenhum problema neste caso. Recorde-se que enquanto a Procuradoria e o Comandante brincam de yo-yo a vitima passa por dificuldades enormes nos calabouços da PRM naquele ponto da província de Gaza. Esta é apenas a ponta do iceberg da violação dos direitos políticos na província de Gaza por parte do partido no poder, na tentativa inglória de silenciar os partidos políticos de oposição.

(Continuação da pág. 4)

RENAMO DISTANCIA-SE DO DINHEIRO ANUNCIADO PELO PACHECO

ACTA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA RONDA - 2014 DE DIÁLOGO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E A RENAMO

75.3. As partes concordaram, ainda, que os integrantes nacionais da Equipa Militar de Observação da Cessação de Hostilidades Militares (peritos militares, observadores militares nacionais, equipa de supervisão, Pessoal Técnico-administrativo, Comunicações, Médicos, Secretariado, intérpretes, Enfermeiros, Motoristas, Ajudantes de Campo, Pessoal de Protocolo, Pessoal de Segurança, Serventes de Saúde e, Serventes de limpeza) tem direito a um subsídio segundo a tabela em vigor na administração moçambicana. -----

- A octogésima primeira ronda de diálogo entre o Governo e a Renamo terminou às treze horas. -----
- Lida a presente Acta, em viva voz, perante os presentes à sessão, foi a mesma aprovada e assinada pelos membros das duas Delegações -----

MAPUTO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E CATORZE.

Pelo Governo



José Condugua António Pacheco
Ministro da Agricultura e
Chefe da Delegação do Governo

Pela Renamo



Saimone Muhambi Macuiana
Deputado da Assembleia da República,
Presidente do Conselho Jurisdicional e
Chefe da Delegação da Renamo

Gabriel Serafim Muthisse

Ministro dos Transportes e Comunicações

Dr. António Eduardo Namurete

Chefe de Departamento de Relações Exteriores

Abdurremane Lino de Almeida
Vice-Ministro da Função Pública

Jeremias Pondeca Munguambe
Chefe de Departamento de Administração e Poder Local

Abdul Magid Ibraimo

Membro sénior

Observadores/Mediadores Nacionais:

Reverendíssimo Bispo, Dom Dinis Sengulane

Prof. Doutor Padre Filipe Couto

Reverendo Anastácio Chembeze

Sheik Saide Habibo

Ficha Técnica

Director: Jerónimo Malagueta; **Editor:** Gilberto Chirindza;

Redacção: Natércia Lopes; **Colaboradores:** Chefes Regionais de Informação